

TCEES TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

1º TRIMESTRE 2012

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

1º TRIMESTRE 2012

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do
Espírito Santo

© TCEES, 2012

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório de Atividades Trimestral: 1º trim 2012 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2012.

43p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório de Atividades Trimestral: 1º trim 2012.

I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente

Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Corregedor Geral

Conselheiro Valci José Ferreira de Souza

Conselheiro Umberto Messias de Souza (até 15/02/2012)

Conselheiro Marcos Miranda Madureira

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (a partir de 19/03/2012)

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva
Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira
Diretora Geral de Secretaria

TCEES

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

Missão

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

Negócio
Controle Externo



Visão

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

Valores

Profissionalismo
Equidade
Ética e Transparência
Excelência de Desempenho
Responsabilidade Sustentável

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o Relatório de Atividades referente ao 1º trimestre de 2012.

Nesse período destacam-se, dentre as atividades realizadas pelo TCEES, os seguintes eventos:

- ✓ Alteração na estrutura organizacional do TCEES (RESOLUÇÃO TCEES 229/2012, DOE 18/01/12).
- ✓ Regulamentação do rodízio entre os Auditores na substituição aos Conselheiros (RESOLUÇÃO TCEES 230/2012, DOE 25/01/12).
- ✓ Nova e mais completa forma de elaboração dos acórdãos e pareceres expedidos no âmbito do TCEES (RESOLUÇÃO TCEES 231/2012, DOE 27/01/12).
- ✓ Instituição do Código de Ética Profissional dos Servidores do TCEES, (RESOLUÇÃO TCEES 232/2012, DOE 02/02/12).
- ✓ Adoção das Normas de Auditoria Governamental – NAG, como Norma Geral de Auditoria do TCEES, aplicáveis ao Controle Externo, expedidas conjuntamente pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa (RESOLUÇÃO TCEES 233/2012, DOE 07/03/12).

- ✓ Adequação das Funções Gratificadas exercidas por servidores ocupantes do cargo efetivo de Auditor de Controle Externo, no âmbito do TCEES (RESOLUÇÃO TCEES 234/2012, DOE 30/03/12).
- ✓ Assinatura do Termo de Cooperação com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
- ✓ Assinatura do Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.
- ✓ Assinatura do Termo de Cooperação com o IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas.
- ✓ Assinatura de Termo de Cooperação com o TCEMT para implantação, no âmbito do TCEES, do GEO-OBRAS, sistema informatizado para gerenciamento de informações das obras executadas pelos órgãos jurisdicionados.
- ✓ Sanção pelo Governador da nova Lei Orgânica do TCEES (LC nº 621/2012, DOE 09/03/12).
- ✓ Sanção pelo Governador da nova carreira de Auditor de Controle Externo (LC nº 622/2012, DOE 09/03/12).
- ✓ Sanção pelo Governador da lei de adequação da carreira de Procurador de Contas (LC nº 623/2012, DOE 09/03/12).
- ✓ Realização de treinamento para jurisdicionados e servidores do TCEES, em Controle Interno, sob a ótica da Resolução TCEES nº 227/2011.
- ✓ Adequação da estrutura física dos setores do TCEES (mudança de divisórias, alteração no layout e na localização das unidades). Esta ação ainda está em andamento.

- ✓ Redução de estoques dos processos de controle externo. Esta ação ainda está em andamento.

- ✓ Posse dos Conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Domingos Augusto Taufner, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral do Tribunal de Contas, em sessão especial ocorrida o dia 03 de janeiro de 2012.

- ✓ Posse do Procurador Geral do Ministério Público de Contas Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva, em sessão especial ocorrida o dia 06 de fevereiro de 2012.

- ✓ Posse do Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo como Diretor de Controle Externo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e do Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel como Diretor do Instituto Ruy Barbosa (IRB), em sessão solene em Brasília, na sede do Tribunal de Contas da União (TCU), ocorrida no dia 07 de fevereiro de 2012.

- ✓ Aposentadoria do Conselheiro Umberto Messias de Souza, a partir do dia 16 de fevereiro de 2012.

- ✓ Posse do Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun em sessão especial ocorrida no dia 27 de março de 2012.

Vitória-ES, 12 junho de 2012

Conselheiro **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**
Presidente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TCEES EM NÚMEROS	8
2.1 TCEES EM NÚMEROS	8
3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	9
3.1 ATOS DO PLENÁRIO	9
3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS	12
4 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS	15
4.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
5 CORREGEDORIA GERAL	16
5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	16
6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	18
6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	18
6.2 GESTÃO DE PESSOAS	21
6.3 SERVIÇOS GERAIS	23
6.4 CONTROLE DOCUMENTAL	24
7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	26
7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA	26
7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA	27
8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	29
9 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO	30
9.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	30
10 NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS	31
11 NÚCLEO DE ESTUDOS TÉCNICOS E ANÁLISES CONCLUSIVAS	32
12 NÚCLEO DE ENGENHARIA E OBRAS	32
13 NÚCLEO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	32
ANEXOS	33
ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA	33
ANEXO 2 – ORGANOGRAMA	34
ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS	36

1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no primeiro trimestre de 2012.

As informações disponibilizadas neste relatório foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Nos capítulos subsequentes estão registradas as principais atividades, divididas nas seguintes áreas: Controle Externo, Ministério Público Especial de Contas, Corregedoria Geral, Administrativa, Comunicação Institucional, Tecnologia da Informação, Núcleo de Controle Interno, Núcleo de Planejamento e Projetos, Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas, Núcleo de Engenharia e Obras e Núcleo de Assuntos Estratégicos.

Ao final são apresentados os seguintes anexos:

Anexo 1 - Competência, jurisdição e estrutura do TCEES.

Anexo 2 - Organograma.

Anexo 3 - Descrição detalhada dos Acórdãos e Pareceres Prévios.

2 TCEES EM NÚMEROS

2.1 TCEES EM NÚMEROS

A tabela abaixo consolida os principais resultados do controle externo no trimestre.

Resultados do Controle Externo	1º Trim
Auditorias concluídas	34
Total de processos de controle externo autuados	2.091
Processos de pessoal do TCEES	11
Processos administrativos do TCEES	147
Processos de controle externo	1.933
Total de processos julgados ou apreciados conclusivamente	1.384
Atos de pessoal apreciados	1.279
Atos de pessoal com registro negado	-
Denúncias julgadas	12
Denúncias julgadas procedentes	2
Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador	10
Pareceres prévios pela rejeição ¹	-
Acórdãos proferidos	90
Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades	49
Acórdãos com contas julgadas irregulares ²	5
Acórdãos em julgamento de atos de gestão: executivos municipais	8
Acórdãos com atos de gestão julgados irregulares ³	6
Recursos julgados ou apreciados	12
Recursos com provimento negado	1

¹ Nos pareceres prévios pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

² Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

³ Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 ATOS DO PLENÁRIO

O Plenário, constituído por sete conselheiros, reúne-se em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Descrição	1º Trim	Acumulado no ano
Sessões plenárias	29	29
Ordinária	23	23
Especial	4	4
Administrativa	2	2
Processos em pauta	2.438	2.438
Julgados ou apreciados de forma conclusiva	1.384	1.384
Chamamentos relativos a processos	828	828
Notificações	371	371
Citações	457	457

A Secretaria Geral das Sessões é o setor responsável por secretariar sessões, prestar assessoria ao Plenário e adotar medidas necessárias decorrentes de atos.

Atos do Plenário	1º Trim	Acumulado no ano
Decisões	2.292	2.292
Acórdãos	90	90
Pareceres prévios	13	13
Pareceres em consulta	3	3
Resoluções	6	6
Total	2.404	2.404

Resoluções - firmam entendimento de caráter normativo acerca de matérias de sua competência.

Pareceres em consulta - emitidos quando se trata de consultas.

Pareceres prévios - emitidos após análise das contas prestadas pelo governador e pelos prefeitos e os recursos relacionados a elas.

Acórdãos – emitidos na decisão definitiva em processo de prestação de contas, tomada de contas e relatório de auditoria; decisões condenatórias, impondo ressarcimento e/ou multa; decisões que apreciem o mérito em processo de recurso; contas prestadas pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e pelas Mesas das Câmaras Municipais; decisões que apreciem o mérito em processos de denúncia, de auditorias, em prestação de contas de convênios ou de instrumentos congêneres.

Decisões - geradas quando da apreciação de legalidade dos atos de pessoal sujeitos a registro; conversão de julgamento em diligência; determinação de auditorias e de arquivamento de processo ou documento; questões de natureza administrativa interna; questões de simples deferimento; outras questões não enquadradas anteriormente.

As tabelas a seguir descrevem os pareceres em consulta e apresentam um demonstrativo consolidado dos resultados dos pareceres prévios, acórdãos e decisões. A descrição detalhada dos resultados dos Acórdãos e Pareceres Prévios encontra-se no Anexo 3.

Pareceres em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
0001	C. Pancas (Rachel Zucchetto)	Permissão do poder legislativo municipal para concessão de abono pecuniário aos servidores nos termos do artigo 21 da LRF - possibilidade por meio de lei em sentido estrito/formal.
0002	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Rodrigo Chamoun)	Contratos de locação de bens móveis - possibilidade condicionada de alteração por aditivo para permitir pagamento mediante apresentação de simples recibo.
0003	C. Afonso Claudio (Wilson Berger Costa)	Alteração do dispositivo do artigo 29-A da Constituição de 1988 - repasse anual de recursos para câmaras municipais - recursos destinados ao poder legislativo - fixação de dotação no orçamento anual, observadas as disposições da LDO e atendidos todos os limites constitucionais ou determinados pela legislação aplicável, não podendo ser suplantados os percentuais previstos no art. 29-A, caput, da Constituição Federal.

Resultados dos Pareceres Prévios	1º Trim	Acumulado no ano
Prestação de Contas	10	10
Parecer pela aprovação	10	10
Parecer pela rejeição	-	-
Reformular parecer – aprovação	-	-
Recursos	3	3
Provimento - reformular parecer – aprovação	1	1
Provimento parcial – rejeição	-	-
Outros	-	-
Não conhecer	2	2
Negar provimento – rejeição	-	-
Total⁴	13	13

⁴ A diferença entre o número de pareceres prévios e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

Resultados dos Acórdãos	1º Trim	Acumulado
JULGAMENTO CONCLUSIVO	94	94
Atos de gestão – Prefeitos Municipais	8	8
Regular com ressalva	1	1
Irregular	6	6
Outros	1	1
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	8	8
Regular	4	4
Irregular	2	2
Saneado	2	2
Prestação de Contas - Demais entidades	41	41
Regular	30	30
Regular com ressalva	7	7
Irregular	2	2
Outros	2	2
Denúncias	12	12
Procedente	2	2
Improcedente	6	6
Saneado	1	1
Outros	3	3
Recursos	9	9
Provimento parcial	4	4
Negado provimento	1	1
Outros	4	4
Representação	11	11
Procedente	4	4
Parcialmente procedente	1	1
Improcedente	2	2
Outros	4	4
Outros assuntos	5	5
Regular	2	2
Irregular	1	1
Regular com ressalva	1	1
Outros	1	1
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	1	1
Multa	1	1
Total⁵	95	95

⁵ A diferença entre o número de acórdãos e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

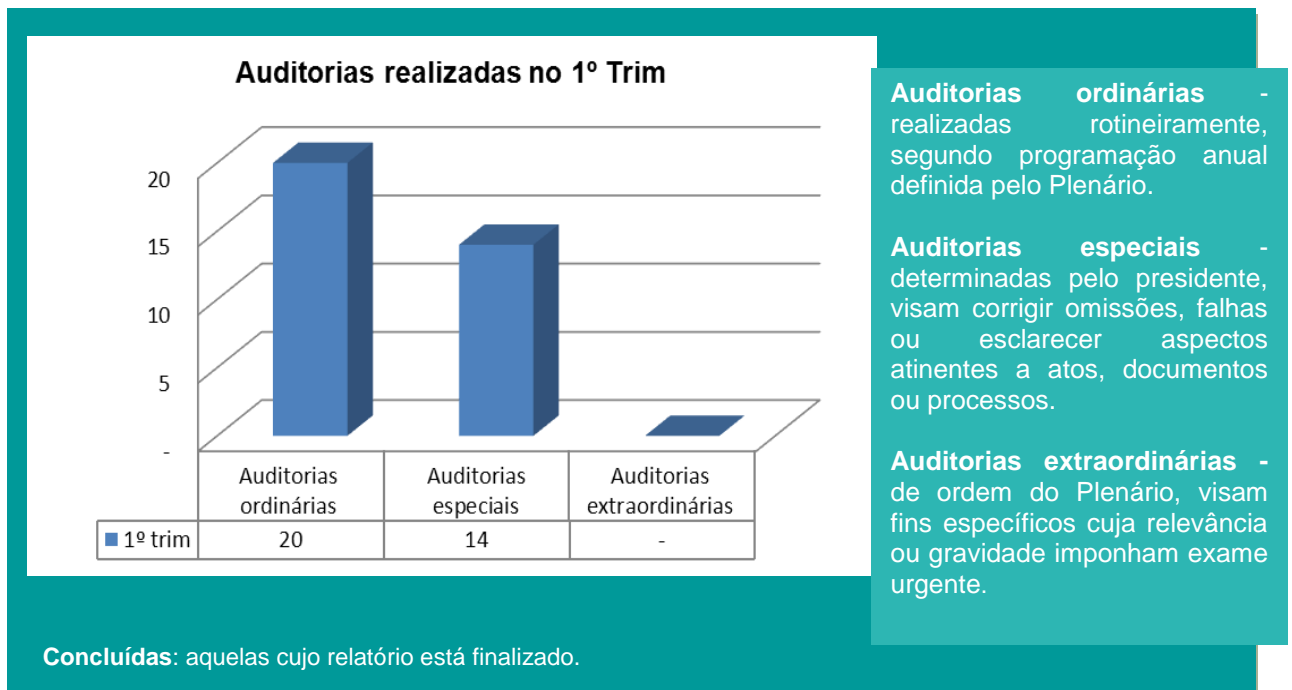
Resultados das Decisões	1º Trim	Acumulado
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	1.279	1.279
Registro	1.279	1.279
Admissão	811	811
Aposentadoria	342	342
Pensão	98	98
Reforma	4	4
Transferência para reserva	19	19
Revisão de proventos	1	1
Retificação de ato	4	4
Reexame de decisão	-	-
Outras	-	-
Denegar registro	-	-
Demais decisões – não conclusivas	185	185
Deferir parcelamento	-	-
Arquivar	29	29
Revelia	15	15
Quitação	-	-
Consulta - não conhecer	3	3
Apurar em auditoria (especial, extraord. ou ordinária)	1	1
Devolver à origem	11	11
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	-
Notificar / citar por edital	-	-
Alerta	74	74
Notificar para contra-razões	-	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	3	3
Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	3	3
Denúncia – receber / apurar	-	-
Outras	46	46
Total	1.464	1.464

3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS

A Controladoria-Geral Técnica é a unidade responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades sob sua subordinação, conforme organograma do Anexo 2.

3.2.1 Auditorias

No período foram realizadas 34 auditorias, distribuídas conforme o gráfico abaixo:



3.2.2 Análise de Prestação de Contas

Análise de Prestação de Contas	1º Trim	Acumulado no ano
Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹	29	29
Relatórios da LRF analisados ²	112	112
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	91	91
Instruções preliminares em representações	73	73
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	119	119
de auditoria	51	51
de prestação de contas anual (PCA)	68	68
de tomada de contas especial (TCE)	-	-

Prestações de contas bimestral e anual são obrigações de todo jurisdicionado. Para a apreciação e/ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias Técnicas elaboram, primeiramente, as análises contábeis e, finalmente, as instruções técnicas conclusivas.

1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

2 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

3.2.3 Análise de processos de pessoal sujeitos a registros

Instruções técnicas em processos de pessoal	1º Trim	Acumulado no ano
Aposentadoria	925	925
Pensão	204	204
Admissão	1.016	1.016
Outros	3	3
Total	2.148	2.148

A 7ª Controladoria Técnica é responsável pela análise e fiscalização dos processos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão originados nos órgãos e nas entidades sob a jurisdição deste Tribunal, excluindo-se as nomeações para cargo de provimento em comissão.

3.2.4 Consultas e recursos

Atividades da 8º CT	1º Trim	Acumulado no ano
Despachos técnicos elaborados	5	5
Consultas pessoais atendidas	30	30
Consultas telefônicas atendidas	204	204
Instruções técnicas elaboradas	50	50
Consulta	5	5
Recurso	45	45
Casos especiais	-	-

A 8ª Controladoria Técnica é responsável pelo apoio à atividade de controle externo e pelas orientações técnicas aos jurisdicionados, mediante a análise e o estudo dos casos especiais, atendendo a consultas, elaborando instrução técnica nas hipóteses de consultas escritas e em recursos, exceto quando se tratar das contas do Governador do Estado e de embargos de declaração.

4 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

4.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A tabela a seguir registra as atividades do período.

Atividades do MPEC	1º Trim	Acumulado no ano
Processos distribuídos	2.484	2.484
Pareceres emitidos	1.461	1.461
Termos de atualização de valores a cobrar	30	30
Termos de verificação de valores pagos	13	13
Novas cobranças cadastradas no sistema	9	9

Dessas atividades, destacam-se os pareceres emitidos, por assunto, conforme tabela:

Assunto dos pareceres emitidos	1º Trim	Acumulado no ano
Auditoria - especial	1	1
Auditoria - relatório	15	15
Auditoria - relatório engenharia	1	1
Auditoria - solicitação	1	1
Comunicação	1	1
Comunicação instauração tomada de contas	7	7
Consulta	10	10
Denúncia	29	29
Embargos de declaração	3	3
Encaminhamento	1	1
Pessoal - admissão	681	681
Pessoal - aposentadoria	281	281
Pessoal - edital concurso público	2	2
Pessoal - pensão	47	47
Pessoal - reforma	15	15
Pessoal - reserva remunerada	47	47
Pessoal – TCEES	3	3
Prestação de contas anual	125	125
Prestação de contas bimestral	24	24
Prestação de contas - término gestão	1	1
Recurso de reconsideração	18	18
Recurso de revisão	3	3
Requerimento	4	4
Relatório de gestão fiscal	21	21
Relatório resumido de execução orçamentária	75	75
Representação	44	44
Tomada de contas especial	1	1
Total	1.461	1.461

Registra-se até o período, a comprovação do recolhimento de multas no valor de R\$ 25.467,04 e ressarcimento de R\$ 18.627,79, totalizando R\$ 44.094,83.

5 CORREGEDORIA GERAL

A Corregedoria Geral do TCEES, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor Geral o Conselheiro Domingos Augusto Taufner (biênio 2012/2013).

5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atividades da Corregedoria	Descrição
Reuniões	- 5 (cinco) reuniões ordinárias. - 4 (quatro) reuniões da Comissão de Ética, instituída pela Portaria N nº 012/2012, de 02/03/2012.
Elaboração de Parecer Ético	- Elaborado 1 (um) parecer, pela Comissão de Ética.
Pesquisas de tópicos de estudo	- Sugestões à Lei Orgânica / Compilação das Razões de Veto / Sugestões ao Código de Ética.
Respostas às consultas, solicitações de informações e denúncias	- 12 (doze) e-mails respondidos.

Procedimentos Disciplinares

Em atendimento ao art. 8º do Regimento Interno desta Corte de Contas, a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/2011	Em andamento. Despachado para a 3ª CA em 07/02/11. Aguardando processo Judicial.
4067/2011	Representação	22/06/2011	Em andamento na Corregedoria. Instaurado PAD em julho/2011. Concluído pela comissão de PAD e entregue ao Corregedor em 23/11/11.
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Em andamento na Corregedoria. Instaurado sindicância em julho/2011. Concluído pela Comissão de Sindicância e entregue ao Corregedor em 22/08/11.

192/2012	Representação	13/01/2012	Encaminhado à DGS em 24/01/2012.
193/2012	Representação	13/01/2012	Encaminhado à CJU em 06/02/2012.
194/2012	Representação	13/01/2012	Encaminhado à DGS em 24/01/2012.
195/2012	Representação	13/01/2012	Encaminhado ao GAP em 06/03/2012. Instauração de Sindicância.
831/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Em andamento na Corregedoria.
832/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Encaminhado à 1ª CA em 16/02/2012.
993/2012	Representação	15/02/2012	Encaminhado ao GAP em 06/03/2012. Instauração de Sindicância.

Capacitações

Evento de capacitação	Nº Servidores	Período	Local
Sistema de Controle Interno nos Termos da Resolução nº 227 de 25/08/2011	2	fevereiro de 2012	Vitória/ES
Processo Administrativo Passo a Passo	1	27 a 29 de fevereiro de 2012	Brasília/DF
Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL	1	29 a 31 de março de 2012	Guarapari/ES

6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Controladoria-Geral Administrativa é composta por três Controladorias Administrativas – CA's, conforme organograma do Anexo 2. Algumas atividades administrativas são feitas com o apoio de Núcleos.

6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A 1ª Controladoria Administrativa (1ª CA) é responsável tanto pelo controle orçamentário quanto pela execução financeira do TCEES.

O orçamento do TCEES para o exercício de 2012 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 99.391.739,00, sendo R\$ 99.091.739,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 300.000,00 de recursos vinculados do tesouro referentes a convênio com a União. No decorrer do trimestre houve um acréscimo de R\$ 2.000.000,00, por superávit financeiro, conforme Decreto nº 183-S, de 02/02/12 (DOE – 03/02/12).

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 31/03/12.

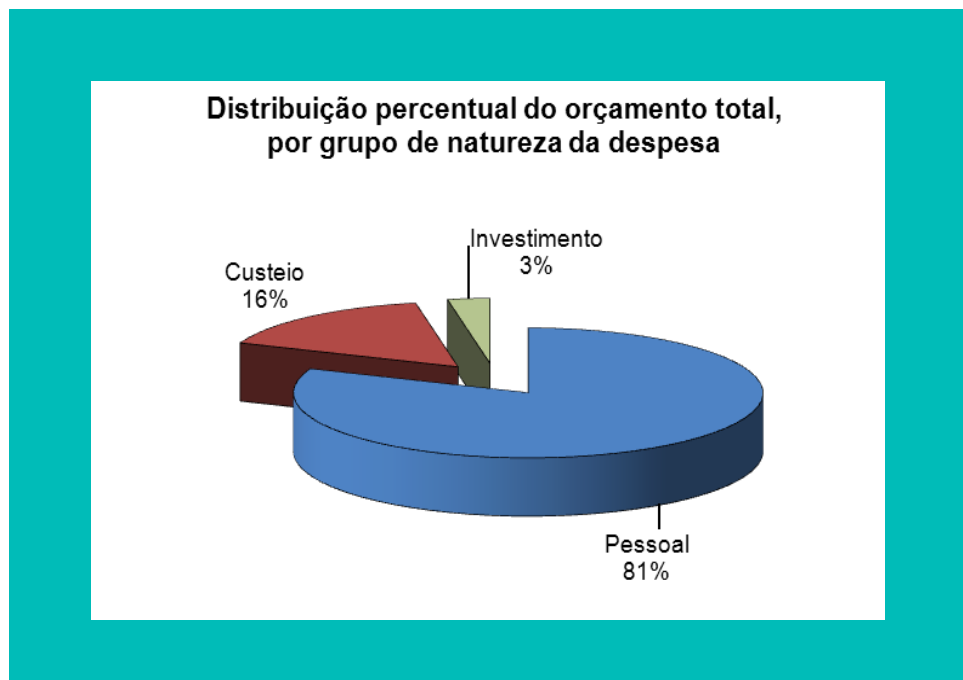
(valores em R\$)				
Natureza da Despesa	Dotação Atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	98.452.239,00	42.729.584,53	20.529.138,94	20.234.305,78
Pessoal	82.167.293,00	36.207.384,23	18.750.573,72	18.456.803,57
Pessoal – Ativo	67.167.293,00	36.207.384,23	18.750.573,72	18.456.803,57
Pessoal – Inativo ⁽²⁾	15.000.000,00	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>
Outras despesas (custeio)	16.284.946,00	6.522.200,30	1.778.565,22	1.777.502,21
Despesas de capital (investimento)	2.939.500,00	54.668,20	49.293,20	49.293,20
Total Geral	101.391.739,00	42.784.252,73	20.578.432,14	20.283.598,98
Total Disponível ⁽³⁾	86.391.739,00			

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

⁽²⁾ Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 9.782/12 (LOA).

⁽³⁾ Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição percentual da dotação orçamentária geral, por grupo de natureza da despesa.



A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no relatório de gestão fiscal (DOE – 31/01/12), disponível no portal www.tce.es.gov.br.

Descrição	Quadrimestres		
	1º (2011)	2º (2011)	3º (2011)
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	52.020.200,25	53.913.914,92	62.501.970,88
Receita Corrente Líquida – R\$	8.320.779.800,77	8.978.490.160,56	9.772.997.585,34
Limite apurado – %	0,63	0,60	0,64
Limite máximo – 1,30 %	108.170.137,41	116.720.372,09	127.048.968,61
Limite prudencial – 1,24 %	102.761.630,54	110.884.353,48	120.696.520,18

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	66.450.757,53	169.992,79
Pessoal Ativo	66.420.426,70	160.370,82
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	30.330,83	9.621,97
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	4.118.779,44	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.118.779,44	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	62.331.978,09	169.992,79
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	62.501.970,88	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	9.772.997.585,34
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,640
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	127.048.968,61
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	120.696.520,18

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 24 de janeiro de 2012.

**Conselheiro SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE
 MACEDO
 Presidente**

**ELIZABETH MARIA KLIPPEL AMANCIO PEREIRA
 Diretora Geral de Secretaria**

**LUIS FILIPE VELLOZO NOGUEIRA DE SÁ
 Coordenador do Núcleo de Controle Interno**

**LUZIA EDNA GUIOTO SCHNEIDER
 Chefe da 1ª Controladoria Administrativa**

6.2 GESTÃO DE PESSOAS

O TCEES possui um Programa de Desenvolvimento Profissional (Prodep) para servidores efetivos, regulamentado pela Resolução Nº 203/2005.

O quadro de pessoal do TCEES está distribuído conforme tabelas a seguir:

Servidores por categoria	2011	2012
		1º Trim
A disposição do TCEES	1	1
Cedidos pelo TCEES	18	13
Servidores do TCEES	648	625
Em atividade	499	476
Efetivos	247	247
Comissionados	234	211
Estáveis	18	18
Inativos	149	149

Estagiários	2011	2012
		1º Trim
Nível superior	70	67
Nível médio	34	23
Total	104	105

O TCEES oportuniza a participação de seus servidores e membros em eventos de capacitação promovidos pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES, e por outras instituições.

No referido trimestre destaca-se a realização do Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL®, realizado nos dias 30 e 31 de março, para o corpo gerencial do TCEES.

As tabelas a seguir demonstram os principais resultados do trimestre.

Resultados da capacitação	1º Trim	Acumulado no ano
Eventos	24	24
Eventos para servidores do TCEES	20	20
Interno (promovido pelo TCEES)	6	6
Externo (promovido por outras instituições)	6	6
Iniciativa do servidor	3	3
Outros eventos	5	5
Eventos para jurisdicionados TCEES	4	4
Pessoas capacitadas	395	395
Servidores e membros do TCEES	230	230
Jurisdicionados	165	165
Horas de capacitação	7.069	7.069
Servidores e membros do TCEES	4.447	4.447
Jurisdicionados	2.622	2.622

Temas dos eventos de capacitação realizados para servidores do TCEES

Interno (promovido pelo TCEES):

- Curso Intensivo sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno nos Termos da Resolução TC 227/2011 – turmas: ESESP - Vitória/ES
- WORKSHOP: Entendendo a Missão Constitucional do Tribunal de Contas, sua Forma de Fiscalizar os Serviços Públicos e sua Importância Indispensável à Sociedade - 08/02/12 - Plenário do TCEES
- Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL – de 29 a 31/03/12 - Guarapari/ES
- Auditoria de Conformidade – de 06 a 10/02/12 - Escola de Contas Públicas – TCEES
- Avaliação de Imóveis - Módulo Básico (de 05 a 07/03/12) e Módulo Avançado (de 26 a 30/03/12) - Escola de Contas Públicas – TCEES

Externo (promovido por outras instituições)

- 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social - de 01 a 03/03/12 - Vitória/ES
- Processo Disciplinar Passo a Passo - de 27 a 29/02/12 - Brasília/DF
- Fiscalização de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia - de 27 a 29/02/12 - São Paulo/SP
- A Defesa Técnica no Processo de Contas - 09/03/12 - Porto Alegre/RS
- VI Fórum Nacional dos Procuradores do Ministério Público de Contas - de 14 a 16/03/12 - Natal/RN
- Encontro Técnico de Auditoria Operacional - 26/03/12 - Salvador/BA

Iniciativa do servidor:

- Gerenciador de Projetos - 05 a 14/03/12 – ESESP - Vitória/ES
- Empreender para Inovar - 13 a 16/03/12 - ESESP - Vitória/ES
- Formação de Pregoeiro - 19 a 23/03/12 - ESESP - Vitória/ES

Outros Eventos:

- Cerimônia de Posse ATRICON e IRB e Reunião de Trabalho da Nova Diretoria da ATRICON - Brasília/DF
- A Renegociação da Dívida dos Estados com a União - Belo Horizonte/MG
- Visita Técnica ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso - Mato Grosso/MT
- Reunião da ATRICON - Brasília/DF
- 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Estado do ES - Vitória/ES

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca:

Expansão do Acervo Documental	2011	2012
		1º Trim
Exemplares de livros	5.564	5.568
Fascículos de periódicos e diários	13.046	13.142
Audiovisuais (CDs, DVDs, fitas, etc)	109	113
Outros materiais	1.049	1.061
Total	19.768	19.884

Outras Informações	1º Trim	Acumulado no ano
Empréstimos de material bibliográfico	814	814
Atendimento ao Público	771	771
Interno	682	682
Externo	89	89
Consulta/Pesquisa ao Acervo Documental	787	787
Acervo bibliográfico	496	496
Bases de dados informatizadas	291	291
Indexações	1.182	1.182
Artigos de periódicos indexados	316	316
Legislação indexada e consolidada	866	866

6.3 SERVIÇOS GERAIS

Destacam-se as atividades de controle dos materiais e do patrimônio do TCEES:

Serviços gerais	1º Trim	Acumulado no ano
Número de bens movimentados	1.430	1.430
Número de requisições ao almoxarifado	1.503	1.503

Evolução dos bens patrimoniais do TCEES	2011	2012
		1º Trim
Valor do patrimônio do TCEES (em R\$)	6.386.657	3.514.914
Estoque de bens patrimoniais	9.336	9.461

A diferença entre o valor do patrimônio do TCEES em 2011 e 2012, de R\$ 2.871.743, refere-se à depreciação acumulada, que foi aplicada da data de aquisição dos bens, e começou a constar em relatório a partir de janeiro/2012.

6.4 CONTROLE DOCUMENTAL

A tabela a seguir demonstra as atividades relacionadas ao Controle Documental:

Controle documental	1º Trim	Acumulado no ano
Correspondências expedidas	4.257	4.257
Correspondências recebidas	4.263	4.263
Processos arquivados	1.261	1.261
Processos desarquivados	1.046	1.046
Processos autuados	2.091	2.091
Pessoal do TCEES	11	11
Processos administrativos do TCEES	147	147
Controle externo	1.933	1.933

Os processos de controle externo estão distribuídos nos seguintes assuntos:

Autuação de processos de controle externo, por assunto	1º Trim	Acumulado no ano
Processos de Pessoal do TCEES	11	11
Pessoal TCEES	11	11
Processos Administrativos do TCEES	147	147
Forum	1	1
Reunião	3	3
Visita técnica	2	2
Cessão de servidor	7	7
Concessão suprimentos de fundos	5	5
Concessão diárias	1	1
Doação de bens móveis	3	3
Capacitação de servidores do TCEES	2	2
Convênio estágio	5	5
Cooperação interinstitucional	4	4
Reclamação	1	1
Pessoal folha de pagamento	1	1
Pessoal Prodep	1	1
Pessoal hora extra	3	3
Pessoal subsídio	1	1
Aquisição material consumo	13	13
Aquisição material permanente	15	15
Aquisição serviços de terceiros	63	63
Processos de Controle Externo	1933	1933
Treinamento	3	3
Curso	7	7
Palestra	4	4
Seminário	1	1
Encontro Técnico	1	1

Autuação de processos de controle externo, por assunto	1º Trim	Acumulado no ano
Prestação de Contas Anual	137	137
Encaminhamento	4	4
Comunicação	2	2
Tomada de Contas	2	2
Tomada de Contas Especial	4	4
Relatório de Gestão Fiscal	38	38
Precatórios	2	2
Lei de Diretrizes Orçamentária	72	72
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	85	85
Plano Plurianual	3	3
Lei Orçamentária Anual	76	76
Prestação de Contas Bimestral	16	16
Comunicação Instauração Tomada de Contas	7	7
Representação	42	42
Recurso de Revisão	1	1
Recurso de Reconsideração	11	11
Embargos de Declaração	2	2
Requerimento	8	8
Auditoria Solicitação	3	3
Auditoria Relatório	28	28
Auditoria Especial	2	2
Denúncia	15	15
Consulta	16	16
Fornecimento de cópia de peça de processo	2	2
Pessoal Admissão	313	313
Pessoal Aposentadoria	753	753
Pessoal Pensão	137	137
Pessoal Reforma	32	32
Pessoal Reserva Remunerada	114	114
Pessoal Edital Concurso Público	5	5
Pessoal Férias-Prêmio	1	1
Total	2.091	2.091

7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação externa:

Portal TCEES - Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br.

Relatório de Atividades – elaborado pelo Núcleo de Planejamento e Projetos (NPP) e encaminhado à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, § 4º da Constituição Estadual.

Informativo Acontece - boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais que oferecem curso de Direito e Administração, jornalistas e órgãos representantes dos Tribunais, como o Instituto Ruy Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Também os servidores, inclusive inativos, o recebem.

Terminal de auto-serviço (Totem) - Com o intuito de proporcionar mais acesso a informações e transparência a seus atos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo coloca à disposição dos cidadãos um totem de auto-serviço, por meio do qual qualquer pessoa pode acessar a pauta das Sessões e as notícias referentes ao Órgão. Instalado na recepção da sede do TCEES, o equipamento pode ser manuseado facilmente, seja por toques na tela, seja por intermédio do teclado.

Responsabilidade Social – destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No trimestre foram realizados os seguintes eventos no auditório:

Eventos no auditório	1º Trim	Acumulado no ano
Eventos promovidos pelo TCEES	5	5
Empréstimos do auditório	4	4
Total	9	9

Eventos no auditório

Promovidos pelo TCEES:

- 03/01/2012 - Posse do Presidente Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Vice-Presidente Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Corregedor Geral Conselheiro Domingos Augusto Taufner
- 06/02/2012 - Posse do Procurador Geral do Ministério Público de Contas Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva
- 10/02/2012 - Reunião do Presidente com os Servidores
- 24/02/2012 - Reunião do Presidente com os Servidores sobre Licença Prêmio
- 27/03/2012 - Posse do Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Faria Chamoun

Promovidos por outras instituições:

- 30/01/2012 - Correios - "Workshop da Pró-igualdade de Raça e Gênero nos Correios - ES"
- 10/02/2012 - Corpo de Bombeiros - "Formatura de 50 Cabos"
- 13/02/2012 - Cesan - "Implantação do Modelo de Gestão da Cesan"
- 16/03/2012 - CRO - Conselho Regional de Odontologia - curso gratuito "Protocolo de Gestão e Mercado para Consultórios e Clínicas"

Além dessas atividades, destacam-se outras ações de divulgação externa realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social - NCS.

Comunicação externa	1º Trim	Acumulado no ano
Atendimentos a jornalistas	130	130
Jornalistas recebidos no TCEES	130	130
Releases enviados à imprensa	8	8
Textos produzidos para o Informativo Acontece	5	5
Edições do Informativo Acontece publicadas	1	1
Exemplares do Informativo Acontece postados	1.400	1.400
Textos institucionais elaborados	-	-
Publicações	-	-
Notícias inseridas no Portal	6	6
Visitas realizadas (Relações Institucionais)	-	-

7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação interna:

Intranet - Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.

Notícias no Ponto - jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

A tabela a seguir refere-se às atividades de divulgação interna realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social - NCS.

Comunicação Interna	1º Trim	Acumulado no ano
Notícias publicadas no mural Notícias no Ponto	116	116
Notícias inseridas na Intranet	33	33
Eventos fotografados	11	11

8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As tabelas a seguir registram as informações da Tecnologia da Informação, no período.

Atividades da Tecnologia da Informação	1º Trim	Acumulado no ano
Atendimentos de suporte ao uso da informática	1.027	1.027
Auditorias com participação da CTI	-	-

Evolução da Tecnologia da Informação	2011	2012
		1º Trim
Estações de trabalho	445	445
Servidores com acesso à Internet	480	477
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	7	9
Sistemas em funcionamento	35	35
Desenvolvidos pela CTI	23	23
Adquiridos	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas e nova classificação funcional-programática.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.

9 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI) instituído por meio da Resolução TC N.º 223, de 16 de dezembro de 2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, e integra o Sistema de Controle Interno do TCEES juntamente com as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

Ao NCI compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

9.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atividades da Corregedoria	Descrição
Reuniões com as unidades do TCEES	- Reuniões com as unidades do TCEES para definição dos sistemas a serem normatizados em 2012. Cada setor apresentou seu plano de ação 2012, para implantação dos sistemas administrativos.
Elaboração de Plano de Ação	- Elaborado e encaminhado à apreciação da Presidência: o Plano de Ação 2012 do NCI, propostas de Resoluções referentes à Instruções Normativas e ao Manual de Auditoria Interna.
Participação de servidores do NCI em Conselhos, Grupos de Trabalho e Conferências	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Estadual de Transparência Pública e Combate à Corrupção; - Comissão de Ética dos Servidores do TCEES; - Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social/ES; - Grupos de Trabalho TCEES/MP e TCEES/TJ; - Grupo interno de convergências às normas internacionais de contabilidade; - Reuniões da ATRICON em Brasília.
Sugestões de normas de regulamentação pela administração e acompanhamento de recomendações feitas e de normas legais	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio-creche: proposta de revisão da IN 16/2009; - Modelo de apresentação Documento de Declaração de Bens; - Entrega da Declaração de Bens – exercício 2010.

10 NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

O Núcleo de Planejamento e Projetos (NPP) foi instituído por meio da Resolução TC N.º 229, de 17 de janeiro de 2012. É uma unidade vinculada à Diretoria-Geral de Secretaria do TCEES, a qual compete a coordenação do processo de formulação do planejamento estratégico e do processo de elaboração do plano plurianual e dos orçamentos anuais, a gestão, o suporte metodológico e a orientação aos gerentes dos projetos oriundos do plano estratégico e a formulação de políticas e diretrizes para a modernização da gestão.

Em atendimento ao objetivo exercer o acompanhamento da gestão de projetos no TCEES, essa unidade iniciou nesse 1º trimestre, a elaboração do Portfólio de Projetos para o biênio 2012-2013, com projetos alinhados ao Plano Estratégico 2010-2015 do TCEES. Este importante documento está sendo construído com a participação e o empenho dos servidores na priorização das principais ações e concretização das metas.

Concomitantemente com a elaboração do Portfólio de Projetos 2012-2013, alguns projetos foram conduzidos neste trimestre:

Projeto	Objetivo estratégico	Descrição
<i>Desenvolver sistema de prestação de contas municipal informatizado</i>	objetivo estratégico nº 6 - <i>ampliar o uso da tecnologia de informação nas ações de controle</i>	- foi instituída a comissão de técnica responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado de Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados municipais atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e aos Manuais de Contabilidade aplicados ao setor público, por meio da Portaria N nº 41/2011 (DOE 07/11/11).
<i>Elaborar novo regimento interno</i>	objetivo estratégico nº 7 - <i>aprimorar a legislação de suporte ao controle externo</i>	- foi instituída a comissão de estudo responsável por elaborar o projeto do novo Regimento Interno do TCEES, por meio da Portaria N nº 13/2012 (DOE 07/03/12).
<i>Adequar os procedimentos contábeis do TCEES à nova contabilidade pública</i>	objetivo estratégico nº 15, que é <i>aprimorar o planejamento e a execução orçamentária</i>	- foi instituída a Comissão Técnica responsável pela coordenação e fiscalização dos procedimentos a serem adotados visando o cumprimento do cronograma de ações a adotar para atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC - TSP, por meio da Portaria N nº 20/2012 (DOE 28/03/12).

11 NÚCLEO DE ESTUDOS TÉCNICOS E ANÁLISES CONCLUSIVAS

O Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas (NEC) foi instituído por meio da Resolução TC N.º 229/2012. É uma unidade vinculada à Controladoria-Geral Técnica do TCEES, que tem como responsabilidade a elaboração de Instruções Técnicas Conclusivas em primeiro grau nos processos oriundos das unidades diretamente subordinadas à CGT, bem como a realização de estudos para o correto desenvolvimento do controle externo e orientações para a uniformização da jurisprudência.

12 NÚCLEO DE ENGENHARIA E OBRAS

O Núcleo de Engenharia e Obras (NEO), instituído por meio da Resolução TC N.º 229/2012, assim como o NEC, é uma unidade vinculada à Controladoria-Geral Técnica do TCEES, a qual compete a execução das atividades operacionais de fiscalização, orientação e controle dos recursos públicos geridos por órgãos, entidades e pessoas sob a jurisdição do Tribunal de Contas, relacionadas a obras e serviços de engenharia.

13 NÚCLEO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

O Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), também instituído por meio da Resolução TC N.º 229/2012, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, que tem sob sua responsabilidade o planejamento, a coordenação e a execução das ações estratégicas relacionadas ao intercâmbio com os demais órgãos de controle nacional e internacional realizados pelo Tribunal de Contas ou que deles participe.

ANEXOS

ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA

O Tribunal, criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Titular de autonomia administrativa e financeira e sem qualquer subordinação hierárquica, sua competência constitucional é a de auxiliar os Poderes Legislativos estadual e municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública.

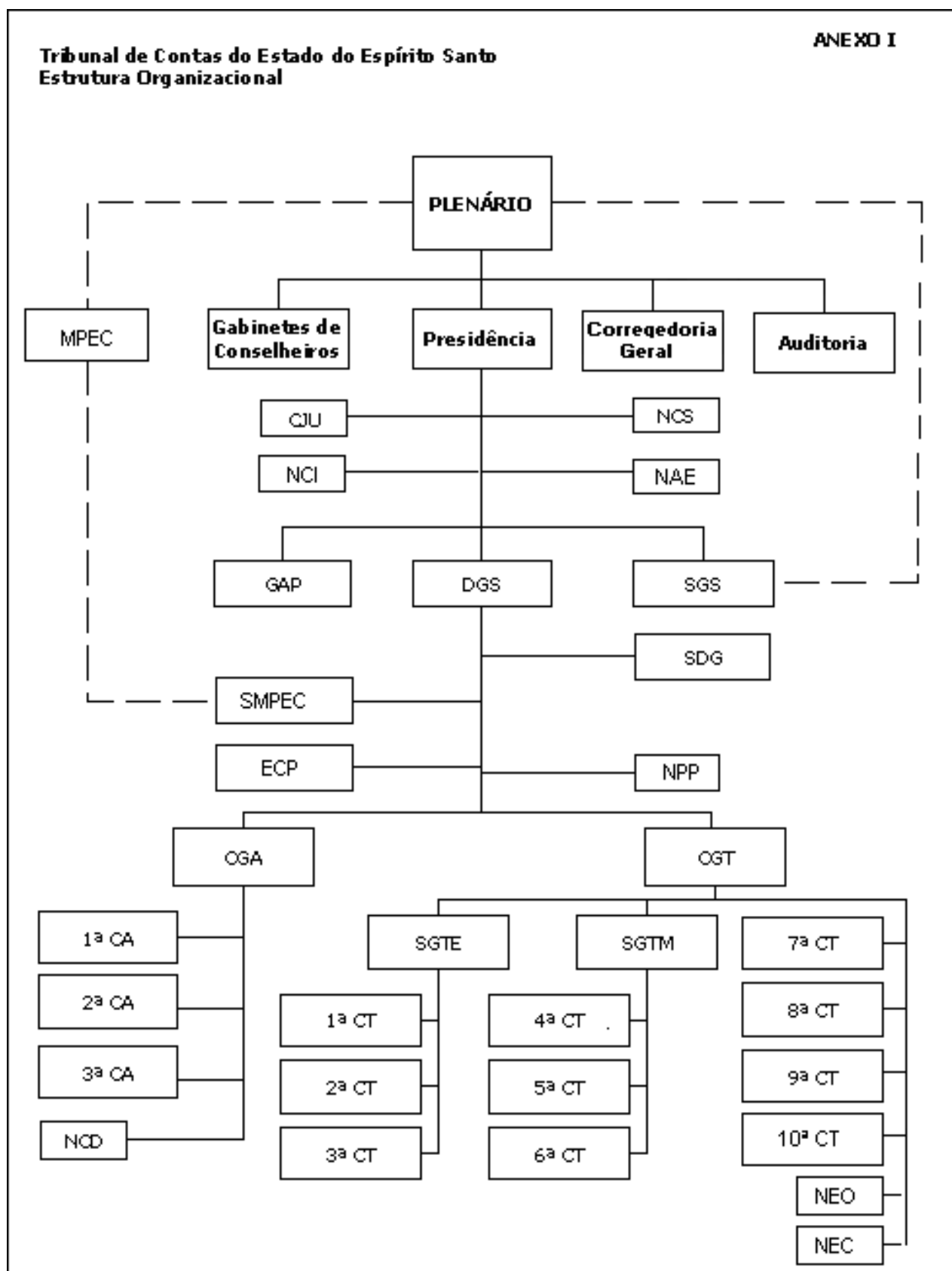
Este controle é exercido por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas contas do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores especiais de contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

ANEXO 2 – ORGANOGRAMA



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Ministério Público Especial de Contas	MPEC
Consultoria Jurídica	CJU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Assuntos Estratégicos	NAE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Subdiretoria Geral de Secretaria	SDG
Secretaria do Ministério Público Especial de Contas	SMPEC
Escola de Contas Públicas	ECP
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Controladoria Geral Administrativa	CGA
1ª Controladoria Administrativa	1ª CA
2ª Controladoria Administrativa	2ª CA
3ª Controladoria Administrativa	3ª CA
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Controladoria Geral Técnica	CGT
Subcontroladoria-Geral Técnica/Estado	SGTE
Subcontroladoria-Geral Técnica/Município	SGTM
1ª Controladoria Técnica	1ª CT
2ª Controladoria Técnica	2ª CT
3ª Controladoria Técnica	3ª CT
4ª Controladoria Técnica	4ª CT
5ª Controladoria Técnica	5ª CT
6ª Controladoria Técnica	6ª CT
7ª Controladoria Técnica	7ª CT
8ª Controladoria Técnica	8ª CT
9ª Controladoria Técnica	9ª CT
10ª Controladoria Técnica	10ª CT
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC

ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS

1 Atos Normativos

1.1 Resoluções

Nº	Ementa das Resoluções	Data
229	Dispõe sobre a alteração na estrutura organizacional da Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, constante do Capítulo XI da Resolução TC nº 182, de 12 de dezembro de 2002, e dá outras providências.	18.1.2012
230	Acresce dispositivos ao Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, aprovado pela Resolução TC nº 182, de 12 de dezembro de 2002, e dá outras providências.	25.1.2012
231	Dispõe sobre a elaboração dos acórdãos e pareceres expedidos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.	27.1.2012
232	Institui o Código de Ética Profissional dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	2.2.2012
233	Adota como Norma Geral de Auditoria do TCEES as Normas de Auditoria Governamental – NAG, Aplicáveis ao Controle Externo, expedidas conjuntamente pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa.	7.3.2012
234	Dispõe sobre as Funções Gratificadas exercidas por servidores ocupantes do cargo efetivo de Auditor de Controle Externo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	30.3.2012
Total no trimestre		6

2 Acórdãos

2.1 Julgamento conclusivo⁶

Nº	Atos de Gestão - Executivo Municipal	Ex.	Sessão	Decisão
0013	P. Anchieta (Edival José Petri)	07	19/01	Irregular. Multa 750 VRTE. Instaurar Tomada de Contas. Recomendações
0016	P. Viana (Solange Siqueira Lube)	05	24/01	Irregular. Multa 500 VRTE. Recomendações
0042	P. Rio Bananal (Felismino Ardizzon)	07	14/02	Irregular. Multa 500 VRTE. Instaurar Tomada de Contas Especial (item 2.4). Prazo 90 dias. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner. Parcialmente vencido o Conselheiro em substituição João Luiz Cotta Lovatti, que votou acompanhando o entendimento do MPEC
0057	P. Presidente Kennedy (Aluizio Carlos Correa)	07	28/02	Regular com ressalva. Quitação. Recomendação
0063	P. Marechal Floriano (Elias Kiefer)	07	01/03	Irregular. Ressarcimento 200.752,81 VRTE. Multa 1000 VRTE.
0068	P. Irupi (Gerselei Storck)	08	08/03	Irregular. Ressarcimento 13.250,15 VRTE. Multa 1000 VRTE. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0070	P. Pancas (Ana Silveira de Resende de Campos – Espólio de André Cardoso de Campos)	07	08/03	Irregular. Recomendação
Total no trimestre				7

⁶ Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

Nº	Prestação de Contas - Assembléias e Câmaras	Ex.	Sessão	Decisão
0001	C. Ponto Belo (Edinaldo Lopes da Silva)	10	10/01	Regular com quitação
0006	C. Vitória (Ademar Sebastião Rocha Lima)	04	17/01	Irregular. Multa 1500 VRTE. Por maioria, vencido o Conselheiro Domingos Augusto Taufner, que acompanhou integralmente o entendimento da Área Técnica e do Ministério Público Especial de Contas
0039	C. Boa Esperança (Ivomar Miguel Gasperazzo)	07	09/02	Irregular. Ressarcimento 14.258,01 VRTE. Multa 1000 VRTE
0043	C. Alegre (Mário Cezar Machado)	10	14/02	Regular com quitação
0046	C. Alfredo Chaves (João Bosco Costa)	10	14/02	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0049	C. Vila Velha (José de Oliveira Camillo)	08	16/02	Processo saneado. Quitação
0075	C. Divino de São Lourenço (Francisco Elídio Gomes)	10	13/03	Regular com quitação
0083	C. Cachoeiro de Itapemirim (Marcos Salles Coelho)	08	22/03	Processo saneado. Quitação
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)				8

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0002	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon)	09	10/01	Regular com quitação. Recomendação
0009	FUNSEFAZ (Bruno Pessanha Negrís)	09	19/01	Regular com quitação
0010	IPAS Santa Leopoldina (Alecsandro Pieter Souza e Jorge Luiz Smiderle Valdetaro)	09	19/01	Regular com ressalva. Quitação. Recomendações
0020	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca (Suziany Paste Gonçalves Oliveira)	09	24/01	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0021	Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra (Wellington Costa Freitas e Severino Alves da Silva Filho)	09	24/01	Regular com quitação
0023	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Bananal (Deonésio José Fabres e Zioni Delarmelina Lorenzini)	09	26/01	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0026	Banestes Clube de Seguros (Gustavo Cláudio Santos e Benedito de Souza Moraes)	08	26/01	Extinguir o processo sem julgamento do mérito. Arquivar. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0027	Banestes Clube de Seguros (Gustavo Cláudio Santos)	09	26/01	Extinguir o processo sem julgamento do mérito. Arquivar
0028	Fundo Municipal de Saúde de Pinheiros (Valéria Forza)	10	31/01	Regular com quitação
0029	Superintendência Estadual de Comunicação Social (Maria Ângela Botelho Galvão e Maria Bernadete Aguirre Von Randow)	09	31/01	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento o Conselheiro Domingos Augusto Taufner.
0032	Secretaria de Estado da Fazenda (José Teófilo Oliveira e Cristiane Mendonça)	08	31/01	Regular com quitação. Recomendação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, a Conselheira em substituição Márcia Jaccoud de Freitas
0033	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sueli Passoni Tonini)	09	02/02	Irregular. Ressarcimento 576 VRTE. Multa 500 VRTE. Recomendação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0034	Fundo de Saúde da Polícia Militar do Espírito Santo (Sperandio Del Caro Neto e Jorgean Grego Gonçalves)	10	02/02	Regular com quitação
0035	Instituto de Previdência e Assistência dos	09	02/02	Regular com quitação. Recomendações.

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
	Servidores do Município de Linhares (Amantino Pereira Paiva e Luiz Carlos Amaral de Souza)			Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0037	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Bananal (Janedarque Fardim e Erimar Luiz Giuriato)	09	06/02	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0038	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapemirim (Jackson Rodrigues Cuzzuol)	09	06/02	Regular com ressalva. Quitação. Recomendações
0040	Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Militar (Oberacy Emmerich Junior)	10	09/02	Regular com quitação
0047	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória (Marta Gagno Intra)	10	14/02	Regular com quitação
0050	Fundo Especial de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (Fronzio Calheira Mota)	10	16/02	Regular com quitação. Recomendação
0052	Fundo de Saúde da Polícia Militar do Espírito Santo (Walter Teixeira de Mello Júnior e Sperandio Del'Caro Neto)	09	16/02	Regular com quitação
0053	Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Militar (Antônio Carlos Barbosa Coutinho e Oberacy Emmerich Júnior)	09	16/02	Regular com quitação
0054	Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim (Jathir Gomes Moreira)	09	16/02	Regular com quitação
0055	Fundo de Modernização e Incentivo a Cobrança da Dívida Ativa (Rodrigo Rabello Vieira)	10	23/02	Regular com quitação. Recomendação
0058	Hospital São Lucas (Rodrigo Resende Costa, Wanderson de Oliveira e Elaine Cristina Campo Dall'Orto)	10	28/02	Regular com quitação
0060	Fundo de Modernização e Incentivo a Cobrança da Dívida Ativa (Gladys Jouffroy Bitran, Maria Christina de Moraes e Rodrigo Rabello Vieira)	08	28/02	Regular com quitação
0061	Fundo de Modernização e Incentivo a Cobrança da Dívida Ativa (Rodrigo Rabello Vieira)	09	28/02	Regular com quitação. Recomendação
0062	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Gabriel da Palha (Aldivino Antunes Pinto)	09	28/02	Regular com quitação. Recomendação
0064	Companhia de Desenvolvimento de Projetos Especiais (Tânia Saad Noé)	07	06/03	Regular com ressalva. Quitação.
0066	Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Hídricos (Ricardo de Oliveira, Sandra Helena Bellon e Fausto de Freitas)	09	06/03	1) Regular com ressalva. Quitação p/ Sr. Ricardo de Oliveira. 2) Regular com quitação p/ Srs. Sandra Helena Bellon e Fausto de Freitas. Recomendação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0067	Corregedoria Geral da Justiça (Sérgio Luiz Teixeira Gama)	10	06/03	Regular com quitação. Recomendações
0073	Empresa de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim (Jonas Caldara, Alcione Dias da Silva e Carla da Costa Araújo)	08	13/03	Irregular. Multa 500 VRTE. Recomendações. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner.
0077	Banestes Seguros S/A (José Carlos Lyrio Rocha, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Cezar Juffo)	08	14/03	Regulares com ressalva. Quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0079	Banestes Seguros S/A (José Carlos Lyrio Rocha, Paulo Cezar Juffo, Rômulo de Souza Costa e Fernando Rodrigues Azevedo)	09	19/03	Regular com ressalva. Quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner.

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0080	Fundo Municipal de Saúde de Mimoso do Sul (Paulo Roberto Vivas)	09	19/03	Regular com ressalva. Quitação
0081	Empresa de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim (Lúcio Berilli Mendes, Edmar Lyrio Temporim, Alcione Dias da Silva e Carla da Costa Araújo)	09	19/03	Regular com quitação. Recomendação
0084	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Cledison de Lima)	10	27/03	Regular com quitação
0085	Procuradoria Geral de Justiça (Fernando Zardini Antonio)	10	27/03	Regular com quitação. Recomendações
0087	Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim (Jathir Gomes Moreira)	10	29/03	Regular com quitação
0088	Encargos Gerais do Tribunal de Justiça do Espírito Santo – Precatórios Municipais (Manoel Alves Rabello)	10	29/03	Regular com quitação
0089	Fundo Especial do Poder Judiciário (Manoel Alves Rabello)	10	29/03	Regular com quitação. Recomendação
0090	Hospital Dra. Rita de Cássia (Fábio Bastianelle da Silva e José Pimenta da Costa)	09	29/03	Regular com quitação
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)				41

Nº	Denúncias	Decisão
0004	Policard System e Serviços S/A X P. Vargem Alta (Elieser Rabello, Izabela Maria Pereira de Azevedo, Paula Sartório dos Santos e Juliana Farias)	Receber. Improcedência. Recomendação
0005	Politec Saneamento e Obras Ltda X CESAN (Paulo Ruy Valim Carnelli, Luiz Paulo Rodrigues Amorim, Samuel Ortulane Nardotto, Irimar Fim Franciscchetto, Ricardo Maximiliano Goldschmidt, Sérgio Jacob C. de Castro, Carlos Fernando Martinelli e Marcelo Oliveira)	Irregular. Multa 1500 VRTE. Por maioria, vencido o Conselheiro Domingos Augusto Taufner, que acompanhou integralmente o entendimento da Área Técnica e do Ministério Público Especial de Contas
0011	Avista S/A Adm. de Cartões de Crédito X P. Linhares (Guerino Luiz Zanon e Thiago Monteiro Bonatto)	Improcedência
0014	Marciel Malini Costa (C. Rio Novo do Sul) X C. Rio Novo do Sul (José Luiz Ribeiro e Marciel malini Costa)	Improcedência
0019	Marco Antonio Nader Borges X P. Guarapari (Antonico Gottardo)	Procedência. Irregular. Multa 500 VRTE
0048	Conselho Municipal de Saúde de Alegre X P. Alegre (José Guilherme Gonçalves Aguilar)	Extinguir processo sem julgamento do mérito. Arquivar. Dar ciência
0059	José Maria Pinheiro X C. Baixo Guandu (Dary Alves Pagung e Luciane Régia Pinheiro Cardozo Vingí)	Processo saneado. Quitação. Por maioria, parcialmente vencido o Conselheiro em substituição João Luiz Cotta Lovatti, que votou apenas pela quitação ante a intempestividade. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0074	Fernando Antônio Oliosi e Outros X C. Pancas (Cícero Quevedez Grobério e Marcos Alexandre Mataveli de Moraes)	Improcedência. Recomendação
0082	Maria do Rosário X C. Montanha (João Passos)	Conhecer. Procedente. Converter autos em Tomada de Contas Especial. Atos Irregulares. Ressarcimento 20.671,67 VRTE. Multa 2000 VRTE. Encaminhar cópia ao MPE e a C. Municipal p/ ciência. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Cons. Domingos.
0086	Osiris Comércio e Serviços Ltda Me X Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Ricardo de Oliveira)	Improcedência. Recomendações
Total no trimestre		10

Nº	Recursos	Assunto	Decisão
0003	Geraldo Pedro de Souza (C. Nova Venécia)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento parcial. Afastar a irregularidade constante no item 03. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0008	Ministério Público Especial de Contas	Embargos de Declaração	Conhecer. Provimento parcial. Recomendação. Declarar a omissão do Acórdão embargado
0017	Waldeles Cavalcante (P. Barra de São Francisco)	Recurso de Reconsideração	Não conhecer. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0018	Mateus Vasconcelos (P. Pedro Canário)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0022	Edson Henrique Pereira (P. Barra de São Francisco)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento parcial. Instaurar Tomada de Contas Especial. Prazo 90 dias. Redimensionar multa para 500 VRTE
0024	Moacyr Carone Assad (P. Anchieta)	Recurso de Revisão	Não conhecer. Intempestividade
0031	Márcio José de Melo Chierici (C. Apiacá)	Embargos de Declaração	Conhecer. Rejeitar os embargos
0065	Paulo Cesar Brusqui de Almeida (Junta Comercial do Estado do Espírito Santo)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento parcial. Afastar itens 1, 2, 4, 6 e 8 (somente em relação a empresa OSIRIS). Redimensionar multa 500 VRTE. Recomendação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Total no trimestre			8

Nº	Auditoria Extraordinária	Ex.	Decisão
0051	P. Vila Velha (Jorge Alberto Anders)	09	Irregular. Multa 1500 VRTE. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Total no trimestre			1

Nº	Tomada de Contas	Ex.	Decisão
0076	Fundação de Apoio a Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Luciano Terra Peixoto e Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari)	06	Regular. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Total no trimestre			1

Nº	Relatório de Auditoria - Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Decisão
0015	C. Santa Teresa (Gervásio Paulo Madalon)	09	Atos Regulares. Quitação ao responsável
0036	Banestes Clube de Seguros (Gustavo Cláudio Santos e Benedito de Souza Moraes)	09	Extinção do processo sem julgamento do mérito. Arquivar
0045	C. Dores do Rio Preto (Nelson Ramos Filho)	09	Regular com ressalva. Quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)			3

Nº	Representação	Decisão
0007	Attivita Comércio e Serviços Ltda-Epp X P. Marataízes (Jander Nunes Vidal e Marcos Roberto Ramos Ferreira)	Procedência parcial. Irregulares atos de gestão. Multa de 1000 VRTE. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0012	Trivale Administração Ltda X Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Heráclito Amâncio Pereira Junior e Ellen Virgínia de Freitas Tononi)	Improcedência. Revogar a Decisão TC-6991/01. Arquivar. Dar ciência
0025	Ivone Cordeiro Goldner e Outros X Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Rodrigo Chamoun)	Improcedência. Arquivar
0030	Transportar Transporte Turismo Rentacar Ltda Me X P. Rio Bananal (Felizmino Ardizzon)	Irregular. Multa 500 VRTE para cada um. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0041	Maxxor do Brasil Importadora e Exportadora de Máquinas e Equipamentos Ltda X P. Ecoporanga (Elias Dal' Col e Lenilson Pereira da Silva)	Extinguir processo sem julgamento do mérito. Encaminhar cópias ao TCU
0044	Fernando Cesar Baptista de Mattos X C. Linhares (Ivan Salvador Filho e Ademir José de Lima)	Irregular. Ressarcimento 7.001,55 VRTE para Sr. Ivan Salvador Filho. 1.565,46 VRTE para Sr. Ademir José de Lima. Multa 500 VRTE. Determinação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0069	Trivale Administração Ltda e Outros X Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e Fernando Antônio Finamore Teixeira)	Conhecer. Procedência. Recomendações
0071	Infinity Importação e Exportação Ltda X P. Águia Branca (Ângelo Antônio Corteletti e João Batista Regattieri)	Revogar cautelar anteriormente concedida. Dar continuidade a licitação, permitindo sua homologação
0072	Makbrazil Ltda X P. Laranja da Terra (Joadir Lourenço Marques)	Revogar medida cautelar anteriormente concedida. Arquivar. Dar ciência
0078	Ministério Público Especial de Contas X P. Guarapari (Edson Figueiredo Magalhães, Alfredo Alcure Neto, Maria Helena Netto, Sônia Meriguete e Diana Márgara Raidan Chácara)	Devolvido. Receber a representação. Considerar prejudicada a cautelar. Determinar anulação dos atos de nomeação. Notificação 30 dias ao Prefeito para regularizar, exonerando os comissionados.
0091	Ministério Público Especial de Contas X P. Cachoeiro de Itapemirim (Carlos Roberto Categlione Dias e George Macedo Vieira)	Procedência. Determinar a anulação do certame no prazo de 30 dias. Recomendações
Total no trimestre		11

2.2 - Julgamento não conclusivo

Nº	Prestação de Contas (Omissão)	Ex.	Decisão
0056	P. Rio Novo do Sul (Estevam Antonio Fiório)	2º Bim/10	Multa 500 VRTE (Omissão Remessa)
Total no trimestre			1

3 - Pareceres Prévios ⁷

Nº	Parecer Prévio	Ex.	Sessão	Decisão	Revisto
0001	P. Cariacica (Helder Ignácio Salomão)	08	10/01	Aprovação. Recomendação	-
0005	P. Vitória (João Carlos Coser)	09	06/02	Aprovação. Recomendações	-
0006	P. Piúma (José Ricardo Pereira Costa)	10	06/03	Aprovação. Recomendações	-
0007	P. Montanha (Iracly Carvalho Machado Baltar Fernandes)	10	1303	Aprovação	-
0008	P. Água Doce do Norte (Abraão Lincon Elizeu)	10	14/03	Aprovação. Determinações	-
0009	P. João Neiva (Luiz Carlos Peruchi)	10	14/03	Aprovação. Recomendações	-
0010	P. Muqui (Nicolau Esperidião Neto)	10	22/03	Aprovação. Recomendações	-
0011	P. São Domingos do Norte (Elison Cacio Campostrini)	10	27/03	Aprovação	-
0012	P. Anchieta (Edival José Petri)	10	27/03	Aprovação. Recomendação	-
0013	P. Marataízes (Jander Nunes Vidal)	10	27/03	Aprovação. Recomendação	-
Total no trimestre (nº de pareceres prévios listados na tabela, mesmo que tenham mais de uma decisão)					10

3.1 - Recursos (Pareceres Prévios)

Nº	Recursos	Ex.	Decisão	Revisto
0002	Manoel Pereira da Fonseca (P. Conceição da Barra)	06	Conhecer. Provimento Total. Reformular Parecer Prévio 033/2008. Aprovação. Sem divergência, absteve-se de votar, por impedimento, Cons. Domingos Augusto Taufner	033/08
0003	Edinalia Silva de Almeida (P. Pedro Canário)	01/10 a 16/10 e 16/12 a 31/12/08	Não conhecer	043/10
0004	Mateus Vasconcelos (P. Pedro Canário)	09	Não conhecer	039/11
Total no trimestre				3

4 - Pareceres em Consulta

Nº	Interessado	Ementa
0001	C. Pancas (Rachel Zucchetto)	PERMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DE ABONO PECUNIÁRIO AOS SERVIDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 21 DA LRF - POSSIBILIDADE POR MEIO DE LEI EM SENTIDO ESTRITO/FORMAL.
0002	Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Rodrigo Chamoun)	CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS - POSSIBILIDADE CONDICIONADA DE ALTERAÇÃO POR ADITIVO PARA PERMITIR PAGAMENTO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE SIMPLES RECIBO.
0003	C. Afonso Claudio (Wilson Berger Costa)	ALTERAÇÃO DO DISPOSITIVO DO ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 - REPASSE ANUAL DE RECURSOS PARA CÂMARAS MUNICIPAIS - RECURSOS DESTINADOS AO PODER LEGISLATIVO - FIXAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LDO E ATENDIDOS TODOS OS LIMITES CONSTITUCIONAIS OU DETERMINADOS PELA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NÃO PODENDO SER SUPLANTADOS OS PERCENTUAIS PREVISTOS NO ART. 29-A, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Total no trimestre		3

⁷ Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

5 – Decisões

Categoria/Espécie	1º Trim
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	1279
Registro	1279
Admissão	811
Aposentadoria	342
Pensão	98
Reforma	4
Transferência para reserva	19
Revisão de proventos	1
Retificação de ato	4
Reexame de decisão	-
Denegar registro	-
Demais decisões - não conclusivas	185
Deferir parcelamento	-
Arquivar	29
Revelia	15
Quitação	-
Consulta - não conhecer	3
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	1
Devolver à origem	11
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-
Notificar/Citar por Edital	-
Alerta	74
Notificar para contra-razões	-
Dar ciência da publicação da pauta no DIO-ES	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	3
Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	3
Denúncia - receber / apurar	-
Outras	46
Total	1464